

Cultura urbana e cultura escolar em Taubaté, em meados do século XX

Mauro Castilho Gonçalves

Professor do Departamento de Pedagogia da UNITAU.
e-mail: mauro_castilho@uol.com.br

Resumo

O presente artigo propõe um estudo das articulações entre cidade, cultura e educação, na cidade de Taubaté, estado de São Paulo, nas décadas de 50 e 60 do século passado. Para tanto, analisa a movimentação de alguns sujeitos e instituições que lideraram o processo de urbanização, industrialização e escolarização no coração da *urbe* taubateana. O processo de territorialização do espaço urbano e o impacto no campo da escolarização das elites e das classes populares são levados em consideração, na medida em que influenciaram a constituição do perfil urbano desenhado na cidade. Propõe, ainda, refletir a relação entre a Igreja Católica local e as parcelas da elite letrada na composição de um projeto político-cultural específico para Taubaté naquela conjuntura histórica.

Palavras-chave

Educação; Cultura; Igreja Católica.

Abstract

The article in hand analyses the relationship of city, culture, and education, in Taubaté in the State of São Paulo, during the 50s and 60s of last century. In order to do this, it analyses the movement of some subjects and institutions that led the urbanization process, industrialization and education in the heart of the Taubaté *urbe*. The urbanization process of space and the impact of the elite and popular classes on education are taken into consideration in so far as they have influenced the constitution of the urban profile laid out in the city. The article also proposes a reflection on the relationship between the local Catholic Church and part of the lettered elite within the composition of a political and cultural project specific for Taubaté in that historical setting.

Key words

Education; Culture; Catholic Church.

* Este artigo compõe o escopo da tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulada *Cidade, Cultura e Educação: o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX*.

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras" (Walter Benjamin, cit. por PADILHA, 2001).

Neste trabalho procuramos articular um conjunto de evidências coletadas na pesquisa em arquivos, entrevistas e no exame de fontes secundárias sobre aquilo que podemos chamar de o "pulsar da cidade" de Taubaté, nas décadas de 1950 e 1960.

O itinerário e o contato sistemático com as diferentes fontes primárias alargou nosso raio de atenção no sentido de tentar compreender a ação conjunta e articulada dos diferentes instrumentos criados pela igreja local nas décadas de 50 e 60 do século passado – não como projeto descolado da realidade urbana, mas, ao contrário, como parte integrante de um ideário interessado em cada vez mais se inserir nessa realidade e, assim, disputar com outras forças político-educacionais o campo da formação educacional e cultural da população citadina.

As transformações que a cidade sofreu nestas décadas – particularmente nos campos da educação e da cultura – possibilitaram evidenciar que os ritmos de urbanização e industrialização estiveram articulados com os projetos que emergiram no coração da cidade, liderados por diferentes instituições, dentre elas e, com destaque especial, pela hierarquia católica e seu laicato organizado.

Cabe explicitar que, por cultura urbana e suas relações com a chamada cultura escolar, estamos entendendo uma série de dispositivos escolares ou não, acionados por

diferentes instituições, dentre elas, a igreja católica local, para fazer valer, no interior da *urbe*, projetos hegemônicos que pudessem definir posicionamentos e, assim, consolidar os processos de intervenção acionados pelas elites políticas e letradas da cidade.

Nesse particular, vale destacar as ações do legislativo municipal, da imprensa laica e católica, de alguns setores urbanos emergentes e, principalmente, a ação de quadros da igreja no que se refere à construção de um modelo educacional e cultural que contemplasse não só a tradição posta pela secular história católica, mas, fundamentalmente, o desenho de projetos de intervenção, particularmente, nos bairros operários, que possibilitassem uma ação efetiva desses setores no universo das classes populares.

Os inúmeros problemas que emergiram com o crescimento da cidade, com destaque aos processos de territorialização do espaço, por meio de iniciativas oriundas do legislativo municipal, da imprensa e da igreja local, evidenciam o amplo debate que envolveu a cidade, em razão do êxodo rural, cada vez mais intenso, da industrialização e de outras problemáticas urbanas em curso no período em questão.

1. O Vale do Paraíba e Taubaté: população e urbanização

Os dados estatísticos a respeito da evolução urbana do Vale do Paraíba são expressivos. Mencionamos, para tanto, a obra de Müller (1969), parceria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra a efetiva trans-

formação por que passou a região durante os anos 50 e 60 do século passado. A autora, baseada em informações dos Censos Demográficos do estado de São Paulo de 1940 e 1950, do Recenseamento Escolar do Brasil e do estado de São Paulo de 1954 e da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1960, sistematizou um levantamento que merece destaque. Menciona que a população urbana no Vale do Paraíba, em 1934, era de 123.656 habitantes, que, em 1950, já eram 202.498. Em dez anos, o salto foi importante, pois em 1960 havia na região 345.603 indivíduos. No período de 1934 a 1964, o crescimento teria sido da ordem de 217%.

Houve, na verdade, um salto quantitativo urbano e populacional do estado de São Paulo como um todo. É o que nos revela Salles (1998), em pesquisa sobre as relações entre industrialização e educação na década de 50¹. Segundo este trabalho, no início dos anos 40, 40,8% da população paulista concentrava-se nas cidades, enquanto no restante do país a população urbana representava 31,2% dos habitantes. Na década de 50, consolidou-se a hegemonia de São Paulo. Vejam-se os números relativos a 1960. Em São Paulo: população urbanizada, 62,6%; população rural, 37,3%. No Brasil, população urbanizada, 45,5%, contra uma população rural de 54,5%. No quesito industrialização, ainda segundo Salles (1998, p. 14-16), São Paulo sempre monopolizou a liderança nacional. Na primeira década do século XX, reunia 16,5% da produção industrial. Em 1920; 31,3%, em 1938, 43,2%; e, em 1958, 55%.

Taubaté, que, historicamente, sempre se posicionou como o principal eixo político e econômico da região do Vale do Paraíba, foi a cidade cuja população urbana mais cresceu no período. Em 1934, tinha 21.840 habitantes; em 1940, 27.548; em 1950, 35.149; em 1960, 64.863; e em 1964, 72.845 (MÜLLER, 1969, p. 68-69).

No decênio 1950-1960, década privilegiada por esta pesquisa, houve aumento significativo da população urbana, fenômeno vinculado à era desenvolvimentista. Müller (1969, p. 73) aponta alguns fatores que podem explicar esse fenômeno, por terem possibilitado a emergência de um parque industrial metalúrgico, mecânico e químico na região: a posição geográfica da região, situada no eixo Rio-São Paulo, a localização da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, a comunicação privilegiada com Minas Gerais, a abertura da rodovia Presidente Dutra, a existência de mão-de-obra abundante e barata, as facilidades na obtenção de energia elétrica e o benefício de isenção de impostos.

No que tange à evolução do operariado taubateano, constata-se que, enquanto a população urbana em Taubaté cresceu 135% em 20 anos (1940-1960), a população operária aumentou 9% no mesmo período e, em 1960, era de 6.047 indivíduos (SOTO, 2000, p. 184).

Esse crescimento e essas modificações no espaço urbano de Taubaté já vinham sendo sentidos em décadas anteriores. Ainda de acordo com Soto (2000, p. 184), os dados populacionais podem ser divergentes², mas os autores são categóricos

cos em apontar aumento significativo na transição do XIX para o XX, ligeira queda a partir de 1920 e retomada do crescimento após 1935. Segundo a autora, em 1928 eram 19 fábricas e 1.167 operários; em 1936, os números crescem para 36 fábricas e 3.502 operários.

Em setembro de 1953, o jornal *A Tribuna*³ veiculou matéria intitulada "O que o recenseamento revela". Baseado nos dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, o diário apresentou os resultados que seguem. Taubaté possuía, em 1950, uma população de 52.997 habitantes. Desse total, 49.502 pessoas viviam na sede do município e os 3.495 restantes habitavam o subdistrito de Quiririm. E, ainda, os resultados: população urbana, 33.481, com 15.688 homens e 17.793 mulheres; população suburbana, 2.479, com 1.235 homens e 1.244 mulheres; população rural, 17.037, com 8.765 homens e 8.272 mulheres (cf. O que o recenseamento revela, *A Tribuna*, Taubaté, 25 de setembro de 1953, p. 1).

Ao estudar as transformações socioeconômicas de Taubaté num período que se estende de 1860-1935, Soto (2000, p. 191-203) defende que as mais sensíveis modificações foram sentidas no espaço urbano, em função das diferentes atividades econômicas que vinham se consolidando na cidade, particularmente as industriais. Na zona industrial, localizada na região oeste do perímetro urbano, próxima à rede ferroviária e às estradas que davam acesso às concentrações de mão-de-obra (Tremembé e Quiririm), ocorreu um modelo específico de ocupação urbana. Nasceram,

mais tarde, as vilas operárias, caracterizadas por um padrão arquitetônico homogêneo que as distinguiu de outras habitações dos setores médios emergentes e das classes abastadas, as quais exibiam estilos heterogêneos. Nos bairros operários, aos poucos, criou-se uma infra-estrutura própria, com creches, escolas, centros de assistência social, clubes etc.

Nessa perspectiva, dois desses bairros operários merecem ser destacados: Vila das Graças e Vila São Geraldo. Tais exemplos podem indicar uma aproximação entre o urbano e o escolar, dimensões que, no caso de Taubaté, a igreja local soube articular com competência. As tensões entre cultura urbana e escolar foram explicitadas por meio de dispositivos acionados pela hierarquia e laicato taubateanos⁴.

As origens da comunidade católica denominada Paróquia da Santíssima Trindade, situada no bairro Vila Nossa Senhora das Graças, remontam ao início dos anos 30 e são resultado da ação do bispo d. Epaminondas. A antiga chácara do Machado, mais conhecida como "chácara do Bispo", um conjunto de lotes pertencentes à mitra diocesana, foi palco da inauguração da terceira paróquia da cidade de Taubaté. As intenções da diocese eram claras: lotear a região e, assim, fixar as famílias operárias. Foi o que efetivamente d. Epaminondas fez. O "negócio" obteve sucesso. Os lotes foram comercializados a preços populares. No centro do loteamento, foi erguida uma capela. No dia 9 de julho de 1932, monsenhor Ascânio Brandão celebrou a primeira missa no local. A paróquia

foi criada por decreto episcopal no dia 1º de janeiro de 1948. O projeto católico para a região incluía, além de uma organização pastoral, a montagem de uma estrutura assistencial e educacional. Com a criação da paróquia, as lideranças religiosas da região investiram suas forças na criação de uma escola que pudesse atender os filhos das classes operárias ali concentradas.

O jornal católico *O Lábaro*⁵, na edição comemorativa dos seus 50 anos de existência (9 de janeiro de 1960), apresentou o histórico dessa paróquia, bem como o projeto educacional que também estava presente na pauta católica, especificamente a preocupação com a escola primária, *locus* da mais tenra cultura escolar. Em comemoração do sucesso da empreitada, o jornal assim se manifestava:

O projeto não se esgotava aí. A organização paroquial – incentivada pelo lema “uma Igreja, uma escola e um núcleo assistencial em cada bairro”, o tripé da ação católica em seu trabalho de expansão e consolidação ideológica no espaço urbano – iniciou grande campanha de ampliação de sua influência por toda a área territorial da paróquia (*O Lábaro*, Taubaté, 9 de janeiro de 1960, p. 19).

A nosso ver, o caso da Vila São Geraldo, outro bairro periférico povoado por grande contingente de operários, também foi um *locus* paradigmático. Nesse espaço, a Companhia Fabril da Juta, fundada em novembro de 1929, criou um jardim da infância que, em 1953, atendia 130 crianças de 3 a 6 anos de idade, filhos e filhas de seus empregados (cf. *A Tribuna*, 29 de maio de 1953, p. 4). Esse fato merece destaque,

por sua relevância social, econômica e cultural. Isso se deu porque em uma área urbana de ocupação proletária, uma indústria investira parte de seus esforços no campo da educação e da cultura. Com isso, o diálogo indústria-escola, para além do determinismo econômico, possibilita-nos trabalhar com a tese da inculcação de valores baseados na nova lógica do capital, em curso na cidade.

2. A cidade como questão, memória e documento

Nessas circunstâncias, as diferentes forças que se instalavam na cena urbana, cada qual ao seu modo, no período em questão, delinearam um modelo de cidade em que o tripé indústria-escola-igreja constituiu alternativa real na consolidação de um viver e pensar tipicamente católicos. Diante da emergência do “rosto urbano” que assim se configurou em Taubaté, a categoria cidade, emprestada de estudos organizados por Fenelon (org., 1999), Lefebvre (1999a), Rolnik (1999) e Soler e Mattos (2000), dentre outros, norteará nossa reflexão acerca do “pulsar da cidade” de Taubaté nas décadas de 50 e 60 do século passado.

Soler e Mattos (2000, p. 7-10) observam que, tradicionalmente, a cidade foi pensada pelos historiadores como “palco da história”, procedimento que escamoteou evidências. As autoras sugerem outro tipo de categorização, elevando a cidade como questão desafiadora para o historiador. A perspectiva tranqüila da cidade como “palco”, deve ser ampliada na análise, ou seja,

a cidade, à luz desta nova perspectiva, deve ser vista como *questão, memória e documento*.

Assim, como questão:

a maior parte dos estudos sobre o cotidiano urbano reproduz sem muita crítica o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas – e mostra-se indicativa mais de um “dever ser” do que de um “ser”, ao apresentar modelos e planos, procurando corrigir e estigmatizar as experiências urbanas [...] Pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis permite recuperar a historicidade da cidade tomando-a questão e objeto de análise (SOLER; MATOS, 2000, p. 8).

Como memória:

na realidade, a cidade é múltipla [...] delinham[-se] cenários em constante movimento [...] Em sua transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, no qual a rua, a praça, a praia, o bairro e os percursos estão plenos de lembrança, experiências e memórias (SOLER; MATOS, 2000, p. 9).

A paisagem urbana, enfim, impõe-se como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperar as camadas e as relações entre elas, decifrar seus *enigmas* numa arqueologia social [...] Novos corpos documentais são valorizados e através dos olhos dos contemporâneos ajudam a desvendar as cidades que não existem mais (SOLER; MATOS, 2000, p. 10).

Choay (1999), no excelente estudo “O reino do urbano e a morte da cidade”, convida-nos a refletir sobre as diferencia-

ções semânticas, simbólicas e reais entre o urbano e a cidade. Urbanização seria sinônimo de produção de cidade? Com essa questão inicial, esta autora delinea a defesa da tese segundo a qual o fenômeno urbano teria decretado a morte da cidade. Para os antigos romanos, *urbs* (território físico da cidade) e *civitas* (comunidade de cidadãos que a habitam) eram realidades indissociáveis. Na contemporaneidade,

a dinâmica de redes técnicas tende a ser substituída assim como a estética dos locais construídos para condicionar mentalidades e comportamentos urbanos [...] Este sistema operatório, válido e possível de ser desenvolvido em quaisquer lugares, tanto na cidade quanto no campo, nos vilarejos ou nas periferias, pode ser chamado O URBANO. O advento do urbano desfaz a antiga solidariedade entre *urbs* e *civitas* (CHOAY, 1999, p. 84; grifo da autora).

Dessa maneira, o urbano consolida sua hegemonia e define espaços territoriais e comportamentos humanos. Recuperar a história da cidade, problematizando a questão do urbano, transforma-se numa das mais importantes ações do historiador.

O trabalho do historiador tem uma dimensão decifradora, na medida em que consegue criar diálogos entre os tempos históricos (REZENDE, 1999). A decifração das ações antagonicas e convergentes presentes na *civitas* implica pensar na tensão entre a tradição e a modernidade, que se aliam e se contradizem numa fértil dialética, obrigando o historiador a se debruçar sobre a elucidação de enigmas e pontos obscuros.

Para além do que era oficial, parcelas da cidade, ao seu modo, buscavam al-

ternativas de lazer e realizavam experiências que burlavam a estrutura racionalizadora da ordem. No bairro da Vila São José, a delegacia regional de polícia localizou uma sala clandestina de projeção cinematográfica que promovia sessões de filmes proibidos pela censura federal (cf. *A Tribuna*, 23 de maio de 1953, p. 1).

Da mesma forma, os clubes da cidade indicavam a mesma lógica. Havia instituições para todos os gostos e estilos. A "territorialização" do espaço urbano, à luz da lógica do capital, foi discutida por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, no capítulo intitulado *As grandes cidades*. Isso foi examinado por Lefebvre (1999a) e em sua perspectiva, visualizava-se outra dimensão do problema: as mazelas do urbano não podem ser naturalizadas; ao contrário, é-se necessário "historicizá-las", para detectar sua lógica verdadeiramente material.

3. Taubaté: crescimento e problemas

Estas observações fazem pensar na pulsação da cidade de Taubaté nas décadas de 50 e 60 do século passado. A imprensa local – o diário *A Tribuna*, em particular – veiculava notícias que problematizavam a questão social. A *urbe* revelava suas mazelas. Em editorial, o periódico posicionava-se sobre a questão da criança abandonada:

A questão do menor abandonado, sendo um problema nacional, não poderia deixar de afetar nossa cidade. E isso se deve à inexistência de abrigos, obra que, pela sua transcendência, deveria sobrepor-se

a outras que vivem sendo decantadas e que pouco ou mesmo nada resolvem nesse particular (*A Tribuna*, 28 de dezembro de 1951, p. 2).

A problemática da "criança abandonada" foi assunto freqüente de matérias de *A Tribuna*⁶. A expansão urbana de Taubaté, no período em questão, ocasionou problemas sociais de grande monta. A questão da infância foi incluída na pauta das elites políticas e letradas, sob a forma ora de denúncias quanto ao abandono, ora de sugestões quanto aos corretivos policiais ou educacionais. E na década de 1950 foi inaugurada a Casa do Menor Abandonado de Taubaté, no bairro da Vila São José.

A presença da criança a perambular pelas ruas das cidades, fora da escola e longe de suas famílias, tem sido alvo de histórica preocupação por parte das autoridades policiais, educacionais e políticas. Os projetos institucionais de correção dessa mazel social sempre estiveram na agenda da sociedade brasileira. Com a emergência do regime republicano, o tema ganhou destaque. Ampla debates desenrolaram-se em torno da questão do menor, considerado como ameaça à ordem da sociedade, e a educação da criança pobre transformou-se em ação prioritária no que se refere à formação para o trabalho e à incorporação de valores baseados nos "bons costumes". Moura (1999) mostra que, já no ano de 1876, os governantes da província de São Paulo alertavam sobre o "perigo" dos meninos nas ruas. Na discussão do problema, a ótica da imprensa taubateana cabe no que esta autora denomina "olhar normalizador e normatizador"⁷.

Simultaneamente ao abandono das crianças, a imprensa taubateana abordou a mortalidade infantil registrada na cidade no decorrer da década de 1950. Em outubro de 1953, morreram 49 crianças na faixa etária de 1 a 6 anos; em meados de novembro, já havia 30 óbitos de menores com essa idade no mês (cf. *A Tribuna*, 12 de novembro de 1953, p. 1; 13 de novembro de 1953, p. 2; 18 de novembro de 1953, p. 1). Subalimentação, água contaminada e despejo dos pais foram as principais causas indicadas.

Em 9 de janeiro de 1955, *A Tribuna* parabenizava as iniciativas para a construção de uma casa de acolhimento de meninos abandonados. Segundo o diário, “uma campanha em favor da infância abandonada”. O periódico dava ênfase à composição da diretoria da futura casa, pessoas que representavam parte importante da hierarquia e do laicato taubateano. O diretor, cônego Evaristo Campista César, era o cura da catedral; o primeiro secretário, cônego José Luiz P. Ribeiro, era vigário da Paróquia de Santíssima Trindade, na Vila Nossa Senhora das Graças; e também fazia parte do grupo o cônego Cícero de Alvarenga, pároco de Nossa Senhora do Rosário no Santuário de Santa Terezinha. Assim, os principais cargos da diretoria da instituição foram preenchidos pelas lideranças hierárquicas das três maiores e mais importantes paróquias da cidade (cf. *A Tribuna*, 9 de janeiro de 1955, p. 1).

Outras questões sociais eram levantadas pelas elites legislativas e pela imprensa da cidade naquele período – por exemplo, o “progresso” trazido pela construção

da via Dutra, que cortou a cidade ao meio, territorializando-a e identificando os sujeitos pelo espaço que passaram a ocupar no seio da cidade. (cf. *A Tribuna*, 1^o de janeiro de 1952).

“Rodovia do progresso e da dor”: assim o jornal expressava sua posição em relação ao impulso de desenvolvimento que a cidade experimentava naquele momento e que marcou indelevelmente a vida de milhares de indivíduos cujos projetos de vida foram definitivamente postergados. O vereador Moacyr de Alvarenga Peixoto, dois anos antes, precisamente em 16 de agosto de 1950, manifestara sua “preocupação” com a “parte alta da cidade” (ou, como ficou popularmente conhecida, a região “pralá da Dutra”).

Ninguém desconhece o surto de construções que vem dominando a cidade, notadamente os bairros situados além do mercado municipal. O motivo é explicável pela abertura da Rodovia Presidente Dutra, notável obra da engenharia, que em futuro breve será inaugurada. Deve a administração acompanhar este passo progressista. [...] indico à Prefeitura Municipal de Taubaté a conveniência de ser ajardinada a Praça Rui Barbosa (tradicional Largo do Chafariz), atendendo assim a justa reivindicação dos moradores daquelas redondezas, ao mesmo tempo contribuindo para o embelezamento urbanístico da cidade (Câmara Municipal de Taubaté, Atas, 89^a sessão ordinária, 16 de agosto de 1950, p. 4).

Dessa forma, Peixoto investia em seu futuro político na cidade⁸. José Otaviano de Moura (quem sabe seu eleitor), por sua vez, sentia na pele as mazelas do tão propagado progresso. A delinquência social também se introduziu como tema prioritário nos círcu-

los das elites pensantes e políticas da cidade. Assaltos, prostituição, vadiagem, etc., eis as preocupações que balizavam o imaginário urbano. A solução seria aumentar o efetivo policial, particularmente nas áreas periféricas (A *Tribuna*, 5 de janeiro de 1952, p. 4).

Outras matérias informavam: "Conforme já tivemos oportunidade de anunciar, os amigos do alheio têm sido felizes em suas investidas [...] Como o leitor deve perceber, está a cidade praticamente sem policiamento" (A *Tribuna*, 2 de julho de 1953, p. 4); "Assaltado o Grupo Escolar da Companhia Taubaté Industrial (C.T.I.)" (A *Tribuna*, 24 de junho de 1953, p. 1)⁹; "Estão à solta os ladrões em Taubaté" (A *Tribuna*, 25 de junho de 1953, p. 4).

Se a preocupação estava na ampliação da marginalidade e da delinqüência social, considerava-se que a resposta seria uma atitude repressivo-corretiva. Medidas de alcance popular revelavam uma imagem distorcida da problemática social. A pobreza, que crescia aceleradamente na cidade, era um fantasma que, a qualquer custo, deveria ser eliminado, pois, para alguns segmentos, tal realidade poderia macular a beleza e a tradicional tranqüilidade.

Machado (2001), em estudo sobre o processo de urbanização da cidade de Uberlândia, no triângulo mineiro, estabelece uma abordagem que vai ao encontro de nossos objetivos no tocante ao que aconteceu com Taubaté.

As imagens "cidade-jardim", "cidade-progresso, laboriosa e ordeira" repetem-se na documentação que examinamos. São representações criadas pelas elites tauba-

teanas que passaram a integrar o imaginário coletivo. A racionalização do espaço urbano, discutida sob a forma de necessidade de um plano diretor para o município, foi naquele momento trazida à baila pelos vereadores: era preciso intervir cientificamente na territorialização da cidade. Na Indicação nº 1.125/56, eles cobram a viabilização da lei municipal de nº 44, de 1952, que dispunha sobre o levantamento topográfico da cidade para o conseqüente planejamento urbanístico: "Medida das mais acertadas, até agora, contudo, não foi posta em execução. Enquanto isso a cidade cresce vertiginosamente, mas sem rumo, pois lhe falta o necessário e imprescindível Plano Diretor" (Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 3ª sessão ordinária, 28 de fevereiro de 1956, p. 10-11).

O interesse por um plano diretor que promovesse o embelezamento urbano do centro da cidade, racionalizasse os territórios da cidade e, em conseqüência, evitasse a ocupação desordenada de lotes pelas classes populares foi marca registrada da década. De grande importância para o legislativo municipal e outros setores sociais da cidade foram as visitas do professor Anhaia Mello, que, em palestras nos dias 23 de junho de 1956 e 22 de abril de 1957, alinhavou os elementos necessários para tal plano (cf. MELLO JR, 1976, p. 64-65).

Luís Inácio de Anhaia Mello, oriundo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tornou-se diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 1948. Defendia o paradigma norte-americano na organização moderna do espaço urbano.

Esta nova visão se alicerçava nos seguintes conceitos fundamentais: a idéia de plano como processo de formação de uma opinião pública sobre a cidade, o *comprehensive planning* (ou a idéia de que o plano abarque a totalidade dos aspectos que compõem uma cidade, inclusive aqueles que extrapolam seu âmbito territorial), a idéia de plano como limite para o crescimento vertical e expansão horizontal e a idéia de comunidade (que se traduz do ponto de vista urbanístico por unidade de vizinhança) como célula básica da cidade (ROLNIK, 1999, p. 193).

Aliás, o debate sobre a necessidade de se implementar um novo plano diretor que pudesse contemplar o crescimento urbanístico da cidade, com um novo desenho do centro e uma política de intervenção nas periferias, começara já em 1953, quando o jornal *A Tribuna*, com um alcance que chegou à Câmara dos Vereadores, criticou o crescimento desordenado da cidade, exigindo uma urgente intervenção racionalizada (*A Tribuna*, 12 de novembro de 1953, p. 4).

A idéia de trazer um urbanista de renome nacional para a cidade, para divulgar suas idéias, consideradas naquele momento modernizantes, do ponto de vista da racionalização do espaço urbano, revela uma elite que oscila entre os impulsos da novidade trazida pelos ventos do americanismo e a manutenção da ordem e dos "bons costumes".

O vereador Waldomiro Berbare, por meio da Indicação nº 942/55, solicitou aumento de 15 para 20 homens no efetivo da guarda noturna, para conter os abusos que iam dos assaltos aos "atentados contra a moral, que se têm verificado à noi-

te" (Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 96ª sessão ordinária, 8 de maio de 1955, p. 3). A imprensa já destacava, em 1952, a problemática dos "abusos contra a moral e os bons costumes", anunciando a "repressão aos casais escandalosos" (cf. *A Tribuna*, 23 de janeiro de 1952, p. 1).

Tratava-se, pois, de uma parceria entre um órgão de imprensa e as autoridades policiais, para coibir, segundo a fonte, "atos de imoralidade" que casais praticariam "em plena via pública", uma cidade preocupada em racionalizar seu espaço urbano, pelas vias simultâneas da ciência e da repressão.

A repressão sistemática aos "abusos" atingia também outras dimensões marginalizadas da cidade. A prostituição foi atacada com veemência pela imprensa e tornou-se assunto polêmico nos debates legislativos. A repressão policial sobre essa atividade foi implacável. As "mariposas", como eram denominadas as prostitutas, buscaram outros espaços para sua atividade, preferencialmente longe do centro, e suas casas foram fechadas. Os chamados jogos de azar, como também a prostituição, foram objeto de perseguição policial¹⁰.

O tema da prostituição, em particular, mexia de alguma forma com a sociedade urbana taubateana. A imprensa denunciou a existência de uma "casa de mulheres suspeitas" próxima a uma escola municipal no bairro da Independência (cf. *A Tribuna*, 12 de agosto de 1954, p. 2). A escola, *locus* da inculcação de valores morais e religiosos, confrontava com uma mazela social que, na interpretação das elites letradas da cidade, "não media sua ne-

fasta influência no espírito das crianças".

Em diferentes regiões da cidade, o problema da ineficiência material e pedagógica das escolas também se agravou no período. O vereador Moacyr de Alvarenga Peixoto apresentou um abaixo-assinado de moradores da "parte alta da cidade" que solicitavam a construção de um grupo escolar na região (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 48ª sessão ordinária, 7 de abril de 1953, p. 6).

A imprensa denunciou o estado de calamidade em que se encontravam as escolas da cidade. Por exemplo, no bairro da Estiva, no Grupo Escolar Dr. Quirino, 400 crianças sofriam com a falta de condições para o desenvolvimento de seus estudos (cf. *A Tribuna*, 29 de fevereiro de 1952, p. 4).

A situação escolar nos bairros afastados do centro não melhorou posteriormente. É o que indica o requerimento apresentado em 1956 pelo vereador Benedito Elias de Souza, o popular *Lolito*. Ele solicitou que a Câmara Municipal enviasse ao governador do estado um ofício sobre as precárias condições do grupo escolar situado no bairro da Vila São Geraldo. Faltavam ao estabelecimento escolar, segundo o vereador, segurança e higiene (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 1ª sessão ordinária, 7 de fevereiro de 1956, p. 14-15).

A calamidade pública que afetava o setor educacional foi glosada em editoriais e matérias de *A Tribuna*. Seguem alguns trechos do editorial de agosto de 1954:

Praticamente insolúveis, os problemas de educação e ensino, em Taubaté, continuam preocupando seriamente os taubateanos que não ignoram as tristes conseqüên-

cias que poderão advir do abandono a que foram relegados aqueles setores de administração pública. Mil e uma dificuldades cercam a execução dos poucos planos elaborados com a finalidade de dotar-se o município de novos estabelecimentos de ensino, em cumprimento a uma determinação da própria realidade dos fatos [...] Que é feito do prédio próprio do Colégio e Escola Normal "Monteiro Lobato"? E o Grupo Escolar "Cel. José Benedito de Matos", criado para o Alto São Pedro? E o que se há de dizer do Grupo Escolar "Lopes Chaves", parcialmente destruído pelo tempo, há quase um ano, sem que tivesse sido até agora recuperado? [...] Não se sabe até quando Taubaté continuará esquecida e desprestigiada no que tange ao ensino. Sabe-se que outras localidades têm sido melhor servidas, possivelmente em virtude da maior soma de persistência ou de prestígio de seus governantes [...] São desanimadores, portanto, as perspectivas de melhores dias para o ensino e a educação em Taubaté. Não se vislumbra, no horizonte conturbado de nossos dias, uma esperança sequer (*A Tribuna*, 13 de agosto de 1954, p. 2).

A situação de calamidade pública nas escolas atingia também a merenda escolar. O caso das condições precárias do prédio do Grupo Escolar Dr. Quirino, denunciado em 1952, tinha uma história ainda mais cruel. Em 1950, o vereador Otacílio Carvalho de Paula leu em plenário uma carta assinada pela diretora daquele estabelecimento escolar, em que ela denunciava o descaso dos poderes municipais em relação ao atraso da verba referente à sopa escolar (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 93ª sessão ordinária, 17 de outubro de 1950, p. 3-4).

Enquanto as verbas da sopa escolar

não chegavam ao “chão da escola pública”, o Executivo e o Legislativo aprovavam recursos para instituições privadas de ensino, particularmente as católicas. Em 1950, o prefeito municipal, José Luiz de Almeida Soares, promulgou a lei que concedia benefícios financeiros a algumas instituições da rede privada de ensino: Cr\$ 4.880,00 para o Externato de São José; o mesmo valor para a escola particular Externato Sagrado Coração de São José; e Cr\$ 15.000,00 para a escola particular Orfanato Santa Verônica (Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 97ª sessão ordinária, 28 de novembro de 1950, p. 2-3)¹¹. Em 1952, na 3ª sessão ordinária da Câmara, um projeto de lei (o de nº 14/52), apresentado pelo vereador José Alves, autorizava a concessão de um auxílio de Cr\$ 15.000,00 ao Gí-násio Taubateano. No ano anterior, a Câmara Municipal recebera um ofício por meio do qual o professor Teodoro Correa Cintra comunicava a fundação, da referida instituição de ensino¹².

4. Questões sociais, elites, imprensa e Legislativo

A articulação entre cultura urbana e escolar remete-nos ainda a outras questões que se desenvolvem no âmbito urbano e que merecem atenção. Dada a heterogeneidade desse espaço, a questão sociocultural (na qual incluímos o processo de escolarização em todos os níveis) deve ser destacada, por seu grau de potencialidades.

A dinâmica urbana de Taubaté, nas décadas de 50 e 60 do século passado, teve impactos sobre as elites, preocupadas em

perder antigos privilégios. Daí a necessidade de elaborar políticas que pudessem “evitar o caos urbano”, a partir do efetivo controle das classes populares. Desde a ampliação dos bairros operários, passando pelo controle repressivo da polícia, até chegar a projetos de escolarização e de saúde pública, o Poder Legislativo local envolveu-se em permanentes disputas. Os grupos políticos, interessados em não perder seus colégios eleitorais e em exercer com eficiência sua manipulação, encetaram o debate legiferante. A incidência de projetos de leis, indicações e requerimentos voltados para a área social foi de grandes proporções, como se pode observar nas atas da Câmara Municipal, no período.

A cidade crescia desordenadamente, e a especulação imobiliária aproveitava-se da onda modernizante. Em 1955, a Câmara Municipal solicitava a regularização do transporte urbano, bem como o melhoramento das vias públicas, “em precárias condições de trânsito” (Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 98ª sessão ordinária, 5 de abril de 1955, p. 4). No mesmo ano, os vereadores saem em defesa dos carroceiros, que estariam “perdendo seu ganho diário para os caminhões de aluguel” (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 100ª sessão ordinária, 3 de maio de 1955, p. 9-10).

A demanda educacional acompanhava o ritmo da urbanização que se verificava na periferia da cidade. O ex-prefeito Félix Guisard Filho, então vereador, requereu que se criasse um curso de admissão no bairro Nossa Senhora das Graças, para atender a uma clientela vinculada ao universo operário em emergência na cidade,

particularmente naquela região. Como justificativa, além das representações que os legisladores construíam quanto às classes populares, revelava-se o vínculo qualitativo entre as elites políticas da cidade e setores da Igreja católica (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 85ª sessão ordinária, 17 de agosto de 1954, p. 30)¹³.

Quando o assunto era contemplar interesses privados, o Legislativo municipal ampliava seu raio de atuação política na área da educação. O projeto de lei nº 266/55 sugeriu a criação de um jardim-de-infância no subdistrito de Quiririm, tradicional pela grande incidência de descendentes de imigrantes italianos. Determinadas famílias daquele subdistrito enviaram um abaixo-assinado que trazia o elenco das crianças que iriam frequentar o jardim. O documento circulou livremente pela Câmara e foi colocado em pauta para a discussão (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 105ª sessão ordinária, 11 de outubro de 1955, p. 16-20).

Lefebvre (1999b) defende que o essencial do fenômeno urbano é a *centralidade*, pois, ao mesmo tempo que aproxima, o fenômeno distancia os sujeitos uns dos outros e sua força irresistível se consolida na materialidade da vida.

Diante da ambigüidade inerente ao fenômeno urbano, a indústria aparece como alternativa de consolidação de um modo de vida que transcende a fábrica e seus dispositivos internos de produção. O que se verifica na cidade de Taubaté, nas décadas de 50 e 60 do século passado, do ponto de vista da indústria, está vinculado a esta

ambigüidade: os mentores da industrialização sugerem avanços na área; ao mesmo tempo, há grupos que resistem a tais sugestões. A propósito, Lefebvre (1999b, p. 110) anota que "a indústria não permanece submetida ao lugar e, não obstante, depende dele. Se tende a ocupar um conjunto do território, só o faz reunindo fragmentos dispersos, as empresas, pelo mercado".

Na Contadoria-Lançadoria Geral de Taubaté, até 20 de novembro de 1956, a arrecadação de impostos oriundos da indústria e das profissões atingia um montante relativamente elevado. Na 37ª sessão ordinária do Legislativo municipal, foram apresentados os balancetes da arrecadação: indústrias diversas, 65 balancetes; comércio, 1.080; bares, oito; hotéis e pensões, 31; médicos, 33; advogados, 22; dentistas, 32; engenheiros e empreiteiros, 22; farmácias, 27; cinemas, seis, e diversos, 338 (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 37ª sessão ordinária, 5 de fevereiro de 1957, p. 25-26).

O ideário urbano-industrial, com suas práticas, já estava em construção desde o início da década de 1950. Em 1953, o vereador Omar Rangel sugeriu isenção de impostos às indústrias que, porventura, quisessem instalar suas bases na cidade (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 42ª sessão ordinária, 3 de fevereiro de 1953, p. 12). Mais tarde, tramitou o projeto de lei nº 298/56, que defendia a prorrogação da isenção até 31 de dezembro de 1957 (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 2ª sessão ordinária, 21 de fevereiro de 1956, p. 18).

Nessas circunstâncias, o fato mais significativo da década foi, sem dúvida, a chegada da empresa Mecânica Pesada S. A. Foi sugerida a decretação de feriado municipal, para que a cidade recebesse, em festa, a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek, e do governador do estado, Jânio Quadros (cf. Câmara Municipal de Taubaté, *Atas*, 27ª sessão ordinária, 2 de outubro de 1956, p. 3; o tema foi retomado nas duas sessões seguintes). A inauguração das instalações da Mecânica Pesada aconteceu no dia 8 de outubro de 1956.

Entretanto, já em 1954, a imprensa denunciava os obstáculos que determinados grupos políticos levantavam para adiar a industrialização da cidade. Jaurez Guisard, filho da cidade e, naquela ocasião, deputado estadual (depois, ocuparia a cadeira de prefeito municipal), em entrevista ao jornal *O Tempo* da capital paulista, falava do atraso taubateano nesse setor. Num discurso persuasivo, brandia seus argumentos numa perspectiva racionalizadora e apontava a superioridade daqueles que defendiam o projeto do progresso e do desenvolvimento (cf. *A Tribuna*, 27 de março de 1954, p. 3).

É importante salientar que, após a década de 1950, Taubaté sofreu um impacto do ponto de vista regional devido à emergência de São José dos Campos, como promissor núcleo de irradiação industrial. Depois de ocupar, por quase dois séculos, a liderança política e econômica do Vale do Paraíba, a cidade foi, aos poucos, perdendo o espaço hegemônico para São José dos Campos. A inauguração da via Dutra,

em 1952, provocou o deslocamento do eixo econômico: São José passou a representar o modelo de desenvolvimento da região. Ex-colônia de tratamento de tuberculosos pobres (os “bem nascidos” iam para Campos do Jordão), começou a receber empresas em razão do grande número de terrenos baratos e disponíveis próximos à via Dutra, escoadouro da produção. A estrada, portanto, dividiu a história do Vale do Paraíba. Mesmo assim, algumas cidades de tradição agrária, como Pindamonhangaba e Guaratinguetá, resistiram à industrialização, que só se iniciou na década de 1980.

O caso de Taubaté, onde importantes parcelas da elite se acomodaram numa tradição remota, foi significativo, emblemático. Mesmo com algum avanço industrial, a cidade conviveu com as resistências à modernização. Padilha (2001, p. 105-106) frisa que a idéia de modernidade não pode ser encarada monoliticamente. Estavam em disputa diferentes projetos: de um lado, a noção do progresso científico; de outro, uma perspectiva baseada nos maquinismos e na tecnologia. Além disso, a modernidade, como estilo de vida metropolitano, forjava hábitos de consumo e lazer e, ao mesmo tempo, o ideal de uma ordem social patrocinada pelo trabalho.

Num ambiente de disputa pela hegemonia no Vale do Paraíba, alguns sujeitos políticos argumentavam que a liderança da cidade não residia no fato de receber indústrias, mas no de guardar em si um conjunto de tradições que remontavam ao período do bandeirismo.

A Câmara Municipal, em sessão ordinária, divulgou, em 1960, uma nota da redação da Rádio Difusora. Seu conteúdo revelava uma cidade que, enquanto se criavam expectativas rumo à industrialização definitiva, resistia a ela, com a argumentação da supremacia histórica da cidade, com seu pioneirismo bandeirante. Nos debates em torno da chegada da empresa automobilística Willys Overland do Brasil, a Rádio Difusora apresentava ao público suas razões:

O galardão que Taubaté sustenta, de Capital do Vale do Paraíba, não é um título transferível; a sua conquista não vem da riqueza material ocasionalmente depositada num Banco ou transformada em maquinário. Vem da época do Brasil primeiro, daquele Brasil que ensaiava seus primeiros e decididos passos para o futuro. Jacques Félix, ao erguer a primitiva Igreja de Taubaté, ao estabelecer o pelourinho e a Câmara, conquistava para a sua cidade o galardão de cabeça da região. Dai provém o título de "Capital do vale do Paraíba". Não foram suas fábricas, nem a riqueza material do seus filhos, nem a sua conquista no terreno econômico que lhe outorgaram esse título. Foi o fato histórico, e esse fato histórico ninguém no-lo arrebatará, de qualquer forma [...] Uma verdade histórica como essa não se transfere, não se arrebatada, não se conquista apenas com um desejo [...] Taubaté, em 1711, já empanou o brilho de São Paulo, desse fabuloso São Paulo, que é a cidade que mais cresce no mundo. Ficou para trás, face ao desenvolvimento colossal, tremendo, da Capital do Estado. Mas o seu galardão de glórias, esse continuou intacto, indelével, indestrutível e inconquistável. Concordemos nesse ponto e tudo ficará bem (Câmara Municipal de Taubaté, Atas, 14ª sessão ordinária, 3 de maio de 1960, p. 14-16).

Nesse manifesto da principal emissora de rádio da cidade, estavam intrinsecamente imbricados os dois principais projetos para o desenvolvimento da cidade no período, um conservador e outro que apostava e investia na modernização pelo desenvolvimento industrial. A nosso ver, a Igreja católica "aderiu" a este último, sem perder de vista conquistas históricas e seu passado dogmático. É esta tensão que nos mobiliza a investigar a cidade de Taubaté, em meados do século passado.

Notas:

¹ Fernando Casadei Salles trabalhou com os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

² Soto (2000, p. 196) indica alguns autores que divergiram no que se refere aos dados estatísticos. Por exemplo: para Milliet, em 1886, Taubaté contaria com 19.501 habitantes; em 1920, com 45.445; e, em 1935, com 36.567. Para Müller, a população urbana teria evoluído de 21.840 habitantes, em 1921, para 27.548, em 1935. Mas, segundo aquela autora, o fato é que a população do município de Taubaté aumentou significativamente nas primeiras décadas do século XX.

³ O jornal *A Tribuna* notabilizou-se como um importante diário na cidade de Taubaté nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Seu primeiro número data do ano de 1951.

⁴ "O termo cultura escolar tem sido adotada de duas perspectivas: por um lado da forma como a definiu Viñao Frago, o conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, o que inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar [...] Por outro lado, a concepção de Dominique Julia um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos [...] De forma mais específica, este conceito dá ênfase aos processos de trans-

missão cultural da escola [...] É mediante os conteúdos culturais que as instituições educativas realizam as finalidades do ensino e produzem pessoas' (SOUZA, 2000, p. 4-5; grifos do autor).

⁵ O jornal *O Lábano* foi criado por Dom Epaminondas, primeiro bispo da diocese de Taubaté, no ano de 1910. Até hoje representa o principal veículo de informação católica.

⁶ Cf. *A Tribuna*, 10/6/1953, p. 4; 7/10/1953, p. 2; 21/11/1953, p. 6; 20/12/1953, p. 5; 29/7/1954, p. 2.

⁷ Sobre esse tema, cf. também Faria Filho (1999) e Schueler (1999).

⁸ A família Peixoto, a partir dessas décadas, demarcou seu espaço de atuação na citada região, que compreende hoje os bairros do Alto São João, Alto São Pedro, Imaculada Conceição e Cristo Redentor. Esse setor periférico da cidade cresceu desmesuradamente a partir da década de 1950 e é considerado hoje uma das mais populosas áreas da cidade.

⁹ CT.I: Companhia Taubaté Industrial, tecelagem existente na cidade desde o final do século XIX.

¹⁰ Cf. *A Tribuna*, 11/4/1953, p. 1; 21/10/1953, p. 1; 27/

10/1953, p. 1; 20/11/1953, p. 1 e 6; 16/4/1954, p. 1.

¹¹ É notória, do ponto de vista histórico, a participação da Igreja Católica na disputa pelo mercado da educação. No caso desta pesquisa, essa questão adquire grande importância, principalmente em relação ao papel dessa instituição na disputa.

¹² Cf. Câmara Municipal de Taubaté, Atas, 3ª sessão ordinária, 13 de fevereiro de 1952, p. 3-4. Teodoro Correa Cintra (1914-1976) destacou-se como importante liderança católica na cidade. Dirigia congregações religiosas de leigos e era muito ligado à hierarquia, particularmente ao bispo diocesano d. Francisco Borja do Amaral. Essa ligação rendeu-lhe a popularidade de ter liderado a construção do monumento do Cristo Redentor, na região mais alta da cidade. O monumento, que se transformou num dos cartões postais da cidade, foi inaugurado em 31 de março de 1956 (cf. *O Lábano*, 3/4/1950, p. 3).

¹³ O Serviço Paroquial de Assistência fazia parte do projeto pastoral da paróquia de Nossa Senhora das Graças, liderada, naquele momento, pelo cônego José Luiz Ribeiro, um dos editores do semanário católico *O Lábano*.

Referências

A Tribuna (1950-1960). Taubaté, estado de São Paulo. Acervo da Divisão de Museus e Arquivo Histórico da Prefeitura de Taubaté.

CHOAY, F. O reino do urbano e a morte da cidade. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n. 18, p. 67-89, maio 1999. (Trad. Eveline B. Kavakama).

FARIA FILHO, LM. de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, G.; GALVÃO, A.M. de O. (Orgs). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 143-164.

FENELON, D. R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 73-93, dez. 1993.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

MACHADO, M.C.T. Há serpentes no paraíso. In: SOLER, M. A.; MATTOS, M. I. (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 2001. p. 181-210.

MELLO JR., A. *Resenha de jornais e revistas e outras publicações existentes no Arquivo Histórico Municipal ou de que se tem notícia surgidas em Taubaté, Quiririm e São Luiz do Paraitinga, a partir de 1861*. Taubaté-SP: Empresa Gráfica, 1976. (Coleção Taubateana).

MOURA, E.B.B. de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História (Anpuh), n. 19, v. 37, p. 85-102, 1999.

MÜLLER, N.L.C. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba – São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 23).

O Lábano. Diocese de Taubaté, estado de São Paulo. Acervo da Divisão de Museus e Arquivo Histórico da Prefeitura de Taubaté, estado de São Paulo.

PADILHA, M. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

REZENDE, A.P. O recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 18, p. 155-166, maio 1999.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1999.

SALLES, F.C. *Educação e industrialização no Estado de São Paulo: década de 50*. 1998. 198 f. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHUELER, A.F.M. de. Crianças e escola na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História (Anpuh), n. 19, v. 37, p. 59-84, 1999.

SOLER, M. A.; MATTOS, M.I. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 2000

SOTO, M.C. M. *Pobreza e conflito: Taubaté, 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, R. F. de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. da (Org.) *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas/Araraquara: Autores Associados/Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2000. p. 3-28. (Polêmicas de Nosso Tempo, 73).